SPRA

região açores

informação.ano XV.nº86.setembro.2023

CONSOLIDAR CONQUISTAS

Reforçar o Sindicato

sindicato dos professores da região açores

EDITORIAL

António Lucas, Presidente do SPRA

Como é que chegamos aqui?

A falta de professores não é um problema conjuntural, a falta de professores é um problema estrutural!

Como é que chegamos aqui? A resposta é simples e verificável, sobretudo assente em decisões políticas tomadas numa conjuntura de excesso de docentes e crescimento económico anémico, a partir de 2005, mas com especial ênfase em 2007. Neste ano, alteram-se as condições de trabalho, carreiras e progressões, com o objetivo, único, de fazer baixar o peso orçamental da Educação. Estas políticas têm-se mantido até aos nossos dias, ao ponto de Portugal estar abaixo da média dos países da OCDE na percentagem do PIB investido na Educação.

Paralelamente, prolongou-se a vida profissional dos docentes, aumentou-se a carga letiva, adicionou-se um sem número de tarefas administrativas, o poder de decisão das escolas tornou-se unipessoal e a escola, frequentemente, passou a ser um local de conflitos e competição, ao invés de um local de partilha, consensos e boas vontades.

Durante os últimos 15 anos, o quadro percecionado pelos jovens que poderiam vir a ser professores era o de uma profissão de intensa precariedade prolongada, de uma mobilidade que abrangia todo o território nacional, uma profissão difícil, desgastante e mal paga. Este quadro explica o abandono a que ficaram votados os cursos de formação de docentes, outrora cheios, mas, na última década e meia, vazios.

O resultado está à vista, a profissão saltou uma geração. Na sala de professores, falta um grupo etário, entre os 30 e os 45 anos, a maioria dos docentes tem mais de 50 anos e com os efeitos da idade e do desgaste profissional.

Nos Açores, o Sindicato dos Professores da Região Açores conseguiu criar condições e pontes com os diversos governos, de forma a que os aspetos mais perniciosos das políticas nacionais não tivessem aplicação nos Açores. Este consenso produziu resultados que estão à vista, o presente ano letivo decorreu, nos Açores, sem os sobressaltos e a contestação intensa verificados no Continente.

Quanto à falta de docentes, como é um problema estrutural, terá repercussões também nos Açores e começou a ser visível nos últimos anos, sobretudo nas ilhas mais periféricas, como o Corvo, as Flores, a Graciosa e Santa Maria. Seria da máxima urgência o poder político iniciar o processo de aplicação de medidas de fixação do pessoal docente nestas ilhas, sob pena de se pôr em causa princípios autonómicos de coesão e de acesso a uma escola pública de qualidade, desiderato constitucional que caminhamos, a passos largos, para não ser cumprido.

Nos Açores, o Sindicato dos Professores da Região Açores conseguiu criar condições e pontes com os diversos governos, de forma a que os aspetos mais perniciosos das políticas nacionais não tivessem aplicação nos Açores.

SPRA informação.ano XVI.nº86.setembro.2023

FICHA TÉCNICA
Director:
António Lucas
Conselho de Redacção:
Antónia Coelhoso | Vitória Fonseca | João Natal | Filipe Campos | António Dutra | Paula Decq Mota | Ana Peixoto
Editor:
Fernando Vicente
Paginação e Tratamento Gráfico:
Tiago Madeira
Revisão:
Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:
José Paulo Oliveira (Jornalista)
Propriedade e Edição:
Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);
Bimestral
Tiragem média:
2.250 exemplares
Impressão e acabamento:
Nova Gráfica, Lda
Dep.Legal:
206452/04
III Série
Distribuição gratuita aos sócios do SPRA
Membro da FENPROF
www.spra.pt
GRISPRA:
Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS
STA. MARIA
R. Leandro Chaves, 14
9580-533 Vila do Porto
tel: 296 882 118
smaria@spra.pt
S. MIGUEL
Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º
9500-310 Ponta Delgada
tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698
smiguel@spra.pt
TERCEIRA
Canada Nova nº 21, Sta Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607
spraterceira@spra.pt
GRACIOSA
R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
9880 Santa Cruz Graciosa
tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886
graciosa@spra.pt
S. JORGE
Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N
9800-549- VELAS
tel: 961 608 587
sjorge@spra.pt
FAIAL
Rua da Vista Alegre, fração V/W
9900-071 HORTA
tel: 292 292 892
faial@spra.pt
PICO
Rua Comendador Manuel Goulart Serpa, nº 5
9950-302 Madalena do Pico
tel: 292 623 000
pico@spra.pt
FLORES e CORVO
R. Fernando Mendonça, 2 R/C
9970-332 Sta Cruz das Flores
tel/ fax: 292 592 976
flores@spra.pt

Publicado Estatuto do Pessoal Docente

Rui Teixeira, Dirigente do SPRA

O futuro Estatuto do Pessoal Docente foi publicado no dia 26 de junho, encontrando-se em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A. Este diploma, que produzirá efeitos a partir de 1 de setembro, consagra vários avanços relevantes:

• uniformização dos horários e das condições de trabalho;

• eliminação dos efeitos das normas transitórias;

• recuperação do tempo de serviço prestado na RAA no 1.º congelamento (30/08/2005 a 31/12/2007), para as situações pontuais que estavam, ainda, pendentes;

• melhoria das condições de trabalho, nomeadamente com a inclusão das reuniões previstas (com exceção das de avaliação) no horário de trabalho e aproximação ao regime de férias, faltas e licenças da Função Pública.

Estas conquistas são inseparáveis da luta dos docentes nos Açores, aos quais o SPRA soube dar voz e unir em reivindicações que já contam com quase década e meia!

Um longo processo!

Dificilmente quem olhar apenas para esta importante conquista terá noção do longo caminho que foi percorrido até aqui chegar. O primeiro passo foi iniciado em plenários do SPRA, em 2007, quando foi assumido o objetivo de construir um Estatuto regional, que se diferenciasse, para melhor, daquele que se desenhava no continente. O resultado foi a manutenção de uma carreira única, em vez da divisão entre professor e professor titular, como foi definido no Estatuto nacional. A esta conquista, em pleno período de congelamento das carreiras, juntou-se, posteriormente, a recuperação desse tempo de serviço, em 2008, que não foi contado em mais nenhum dos sistemas educativos nacionais.

A ausência de vagas para acesso aos 5.º e 7.º escalões e de cotas para as menções de Muito Bom e Excelente permitiram manter a diferenciação positiva para com os outros dois sistemas educativos. Uma avaliação docente de caráter eminentemente formativo e reflexivo tem contribuído para um clima saudável dentro das escolas açorianas. Terminados, em 2018, os 7 anos de congelamento das carreiras, iniciou-se a luta pela recuperação desse tempo de serviço, concluída em 2018. Assim, ainda nesse ano, o SPRA conseguiu negociar um diploma que assumiu a recuperação integral do tempo de serviço prestado nas escolas dos Açores.

Foi perante este histórico de reivindicação, coerência e luta que o SPRA, com o apoio e a união de todos os docentes, negociou a uniformização dos horários de trabalho – exigência reiterada em mais de 100 plenários sindicais, em manifestações e em abaixo-assinados – e a eliminação dos efeitos das normas transitórias. Sem este percurso, esta combatividade e esta capacidade de proposta não teriam sido possíveis as conquistas que, agora, assinalamos!

Novas conquistas não iludem os velhos problemas

Apesar disso, muito há por resolver:

• eliminar o conceito de horário de estabelecimento, fator que mais contribuiu para a funcionarização da profissão e para a sua descaracterização;

• igualar o salário dos docentes contratados a termo ao dos do quadro, considerando o seu tempo de serviço e habilitações;

• concretizar e dar eficácia aos incentivos à fixação, combatendo a instabilidade do corpo docente nas ilhas mais periféricas – problema que, no futuro, se agudizará.

Assim, e apesar dos avanços e das conquistas, é necessário persistir na melhoria do Sistema Educativo Regional e na valorização dos docentes. O desgaste profissional é uma constante na profissão que é necessário combater. Com a responsabilidade que lhe dá o passado de reivindicação, proposta e luta, o SPRA continuará unindo os docentes, a trabalhar para dignificar cada vez mais a profissão docente, condição necessária para a melhoria de uma Escola Pública de qualidade, que responda aos constantes desafios da sociedade atual. •

Aplicação do art.º 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A

Reposição do tempo intercarreiras
Progressão dos docentes a março de 2024

Em oficio dirigido à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, o SPRA refere que tem sido questionado por inúmeros associados que iriam progredir durante o ano escolar de 2024/2025, mas que, por aplicação do art.º 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, passam a ter o requisito do tempo de serviço para progredir no ano escolar de 2023/2024. Perante a inexistência, até ao fecho desta edição, de listas de previsão de progressão que tenham em conta o referido artigo, bem como da possibilidade de acesso atempado à formação contínua necessária para efeitos de avaliação do desempenho docente, o SPRA solicita, junto da tutela, que os docentes abrangidos por esta situação possam progredir com o requisito de tempo de serviço e integrar o período avaliativo de 2023/24 no relatório de progressão seguinte.

Esta solução, recorda a Direção do SPRA, foi implementada em situações anteriores e de forma transitória, nomeadamente quando se iniciou a recuperação do tempo de serviço congelado entre 2011 e 2017. A sua implementação, conclui o SPRA, revelou-se simples e eficaz, pelo que o Sindicato propõe a sua aplicação para os casos descritos.

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES

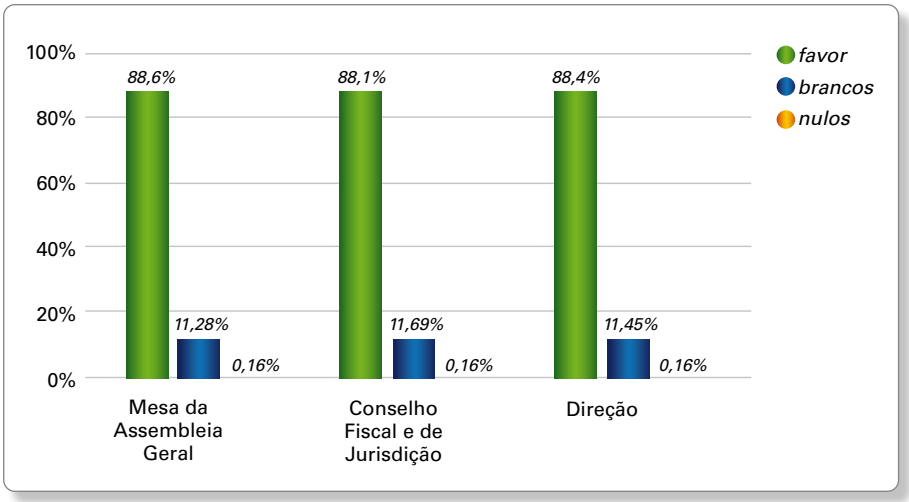
TRIÉNIO DE 2023/2026

Nas eleições do SPRA, foi afirmada a continuidade!

As eleições para os corpos gerentes do SPRA decorreram no dia 9 de junho, tendo ainda existido a possibilidade de votação online nos dias 5 e 6 de junho. Às eleições, apresentou-se apenas uma lista, de continuidade da anterior direção. Sendo um momento essencial à vida democrática de qualquer instituição, este foi um momento importante para aferir a opinião dos sócios sobre o futuro do Sindicato. Daí que tenha existido um esforço, por parte das comissões eleitorais regional e de áreas sindicais, para construir uma votação expressiva. Votaram 57% dos associados do SPRA, indicando inequivocamente o seu apoio à Lista A, com cerca de 88% dos votos.

Como afirmava o programa eleitoral apresentado pela Lista A, esta "propõe-se (…) consolidar e aprofundar as conquistas alcançadas, manter as reivindicações não atendidas, mas, sobretudo, continuar a trilhar o percurso da melhoria das condições de trabalho e da valorização da profissão docente." Destas conquistas, destacam-se, no passado recente, a recuperação integral do tempo de serviço prestado na Região – que será concluído durante este mandato –, a defesa da carreira docente e do direito a todos chegarem ao topo, o combate eficaz à precariedade docente e a estabilização dos quadros nas escolas, a uniformização dos horários entre todos os ciclos e níveis de ensino e a eliminação dos efeitos das normas transitórias entre carreiras, garantindo o cumprimento da estrutura de carreira definida no Estatuto. A estas conquistas, acrescem melhorias na componente não letiva de estabelecimento e no modelo de gestão democrática das escolas, devolvendo tempo aos docentes eleitos para cargos de gestão e de gestão intermédia.

A Lista A assumiu o compromisso de continuar a lutar para resolver os muitos problemas que persistem, nomeadamente a ausência de incentivos à fixação, o desgaste profissional, a discriminação salarial entre docentes contratados a termo e do quadro. No privado, é necessário aproximar as condições de trabalho às das escolas públicas, através de contrato coletivo de trabalho.



Presidente da MAG na tomada de posse dos novos corpos gerentes do SPRA

Prioridade à formação de novos quadros sindicais

"Os novos órgãos sociais do SPRA refletem um esforço de rejuvenescimento de quadros", sublinhou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG) na tomada de posse dos corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) para o triénio 2023/2026.

"Importa dar continuidade a esse esforço na eleição dos delegados sindicais e, sobretudo, devemos dar alguma atenção, eu diria mesmo alguma prioridade à formação de novos quadros sindicais. Se é verdade que os quadros sindicais se forjam nas lutas, não é menos importante que se invista na sua formação teórica, pois, os tempos que vivemos colocam-nos novos e diversos desafios para os quais devemos estar preparados", afirmou ainda Aníbal Pires.

O sindicalista deixou uma forte saudação "em nome pessoal, mas também em nome da Mesa da Assembleia Geral do SPRA, a todos os dirigentes sindicais que acabaram de ser empossados e desejo-lhes sucesso na condução da luta sindical dos educadores e professores, no apoio aos nossos associados, na afirmação do nosso Sindicato nas Escolas e no espaço público regional, enquanto organização sindical responsável por importantes conquistas que diferenciam positivamente a carreira e as condições de trabalho dos docentes na RAA, quando comparadas com os nossos colegas do território continental e da Região Autónoma da Madeira."

Essas conquistas, referiu Aníbal Pires, "foram resultado da luta dos educadores e professores conduzida pelo SPRA e não por outras organizações, ditas sindicais, antigas ou recentes que mais não têm feito que perturbar a luta dos educadores e professores e parasitar os resultados alcançados pela intervenção do SPRA."

Os reflexos da unidade, da luta e da ação dos docentes açorianos

Noutra passagem, o Presidente da MAG do SPRA realçou que "tudo o

DESTAQUES A UMA COLUNA

Setembro 2022 a setembro 2023

12 meses de ação e luta

Intervindo ativamente no plano regional nas 9 ilhas da Região e no plano nacional através da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), o SPRA une e mobiliza educadores, professores e investigadores na luta por melhores condições de trabalho e pela defesa e valorização dos setores em que intervém. O SPRA está também presente nas ações do Movimento Sindical Unitário (CGTP-IN), no Arquipélago e no País.

2022

SETEMBRO

Dia 11 – SPRA alerta para problemas estruturais. No arranque do novo ano letivo, a Direção do SPRA alerta para as dificuldades que se vivem nas escolas das ilhas periféricas do arquipélago, a começar pela falta de professores. António Lucas, Presidente do Sindicato, refere, no diálogo com a comunicação social, que "tal como nos anos anteriores, as escolas das ilhas mais periféricas continuam a não conseguir fixar pessoal docente, ou seja, têm os quadros praticamente preenchidos, mas estão, sistematicamente, a recorrer a contratos a termo, porque os docentes não se fixam lá". Na ilha do Corvo, por exemplo, o Sindicato estima que faltem 60 a 70 por cento de professores.

Dia 23 – Relativamente ao arranque do ano letivo nos Açores, verificam-se diferenças substantivas entre o discurso político e a realidade, nomeadamente na implementação dos manuais digitais, nos recursos humanos e na manutenção e aquisição de equipamentos, alerta o SPRA, em conferência de imprensa. O presente ano letivo, observa a Direção do SPRA, iniciou-se com mais horários preenchidos do que no ano anterior. No entanto, subsiste a falta de docentes em grupos de recrutamento específicos, que o SPRA já denunciou, e a necessidade,

"Há três anos, em momento idêntico, tínhamos razões para estar satisfeitos com as conquistas alcançadas, hoje temos igualmente motivos que nos devem encher de orgulho por termos conseguido, de entre outras reivindicações, a uniformização dos horários dos educadores e dos professores do 1.º Ciclo, bem assim como a redução da sua componente letiva".

que os educadores e professores e o SPRA têm conquistado, mas também os retrocessos que são evitados, resultam da unidade e luta dos docentes e da ação sindical. Como se costuma dizer: "só a chuva cai do céu", nada nos foi, nem será oferecido." E acrescentou: "Podemos e devemos estar satisfeitos com os resultados da nossa intervenção e luta, mas há muito caminho para andar e muitas lutas para travar sempre com o objetivo de dignificar a nossa profissão, defender a Escola Pública de qualidade para todos, ou seja, não podemos descansar sobre o passado, temos de continuar a dar "rosto ao futuro" e intervir nas Escolas e no espaço público para desmistificar as supostas vantagens do individualismo reinante, mas também a velha e complementar estratégia de dividir para reinar que os poderes utilizam para subverter as organizações sindicais de classe, como é o nosso caso."

"O perigo da fragmentação"

Retomando a importância redobrada da unidade dos docentes, Aníbal Pires afirmou:

"Os tempos que vivemos promovem e cultivam a atomização social, tendo como fundamento a diversidade e o identitarismo, questões que respeitamos, eu diria que não só respeitamos como, sobretudo, temos sabido gerir de forma agregadora evitando, pela nossa ação, o perigo da fragmentação que esses conceitos trazem associados, não pela sua conceção intrínseca, mas por estarem inquinados por interesses que os modelam e usam para quebrar a unidade na luta das organizações de classe."

Acrescentou, a propósito:

"Somos uma organização sindical de docentes. Somos educadores, somos professores do ensino especial, do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, somos professores do ensino secundário, somos professores do ensino superior, temos diferentes matrizes ideológicas, ou mesmo diferentes filiações partidárias, somos de vários lugares e culturas, mas estamos unidos nas lutas sectoriais e nas lutas comuns."

"Pulverização de organizações sindicais"

Na sequência do alerta anterior, o Presidente da MAG salientou:

"Como sabem a história do sindicalismo docente é caraterizada pela pulverização de organizações sindicais, algumas delas representando pouco mais do que os próprios dirigentes, outras por conveniências políticas, que não as sindicais, têm alguma representatividade e sobrevivem, outras ainda que nos momentos chave da luta dos docentes, ultrapassam barreiras e têm a capacidade de se unir aos sindicatos da FENPROF, outros afirmam-se pelo radicalismo do discurso e das formas de luta e, bastas

vezes desprestigiam a imagem dos educadores e professores, abandonam os docentes à sua sorte, parasitam a capacidade de mobilização de quem é, na realidade, representativo da classe docente. Estes são os agentes das forças políticas cuja ação, se algum dia fossem poder em Portugal, seria limitar a atividade sindical e cercear os direitos dos trabalhadores."

Estas questões, prosseguiu Aníbal Pires, "podem até parecer de somenos importância, mas são também, e cada vez mais, frentes de luta do movimento sindical unitário onde estamos integrados e às quais devemos dar a devida atenção procurando, por um lado desconstruí-las pela afirmação da nossa intervenção coletiva, e por outro lado procurando integrar na luta sindical organizada os colegas que militam em "movimentos sociais inorgânicos" que se constituem ao sabor das ocasiões e da conveniência dos poderes."

Da pandemia à atualidade

O dirigente sindical lembrou, noutro momento, que "há três anos, em momento idêntico a este, estávamos a sair de um período complexo da nossa vida coletiva, um grave problema de saúde pública remeteu-nos para o isolamento e alterou profundamente o nosso quotidiano pessoal e profissional, passados três anos a normalidade regressou, mas logo se instalou uma crise económica e financeira que afeta, como sempre, quem vive do seu trabalho." "O aumento generalizado dos preços de produtos e serviços, a par dos brutais aumentos dos juros decretados pelo BCE colocam na agenda da luta sindical, ainda com mais acuidade, a necessidade de valorização dos salários e pensões", destacou Aníbal Pires.

"Aprofundar o nosso trabalho para o próximo triénio"

A "satisfação e orgulho, por tudo o que o SPRA tem conseguido, dá-nos o ânimo e a força para continuar e aprofundar o nosso trabalho para o próximo triénio na senda da consolidação e aprofundamento do que já foi conquistado, mas também de continuar a lutar pelas reivindicações que a tutela tem vindo sistematicamente a rejeitar", declarou Aníbal Pires, destacando em seguida que "o SPRA vai continuar a lutar abnegadamente pela melhoria das condições de trabalho e de valorização da profissão docente."

"Há três anos, em momento idêntico, terminei com uma citação de Jorge Mário Bergoglio, o Papa Francisco, hoje para não quebrar a tradição recorro de novo a ele que, sobre sindicatos, trabalhadores e liberdade, disse: "Não há sindicato sem trabalhadores e não há trabalhadores livres sem sindicatos", observou já na ponta final da intervenção realizada na sessão de 23 de junho, em Ponta Delgada. ●

"Tenhamos sempre presente que o SPRA se rege por princípios e valores que nos diferenciam e nos fortalecem e sob os quais delineamos toda a nossa ação, quer seja no apoio aos associados, quer seja na vertente da formação, quer seja na defesa da Escola Pública, quer seja na defesa da dignidade e valorização da função docente. Essa é a nossa força. Força legitimada no diálogo permanente com os educadores e professores que vivem e trabalham na RAA."

Aníbal Pires

estrutural, de combater o envelhecimento da profissão, com a atração de novos professores devidamente profissionalizados e de fixar um corpo docente estável nas ilhas mais periféricas. Relembramos que metade dos profissionais tem mais de 50 anos, 15% tem mais de 60 e apenas 20% tem menos de 40 anos de idade. As escolas do Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria recorreram, este ano letivo, respetivamente, a 46%, 43%, 30% e 20% de contratação a termo resolutivo, tendência já verificada em anos anteriores.

OUTUBRO

Dia 26 – Realiza-se, no âmbito do processo de conciliação na DGERT, a última reunião de negociação entre a FENPROF e a CNEF, tendo as partes assinado o acordo final, com vista à celebração de um novo CCT para o Ensino Particular e Cooperativo (EPC), Ensino Artístico Especializado (EAE) e Ensino Profissional (EP), com efeitos a 1 de setembro de 2022. A FENPROF nunca desistiu de ter um novo CCT, sempre reconheceu a sua importância e, com perseverança, manteve, ao longo de todo este processo, uma atitude responsável e aberta.

Dia 28 – Decorre, em São Miguel, o plenário do SPRA, para análise e discussão de vários temas da atualidade na intervenção sindical, nomeadamente a revisão do Estatuto (ECDRAA) e as propostas apresentadas pela Secretaria Regional. A reunião em Santa Maria, com o mesmo objetivo, decorreu a 26 de outubro. Em foco, estão as posições do Sindicato sobre diferentes matérias, como a uniformização dos horários e das reduções da componente letiva, os incentivos à estabilidade e fixação e a melhoria das condições de trabalho.

NOVEMBRO

Dia 2 – Plenários do SPRA na Graciosa e no Pico.

Dia 3 – Plenário do SPRA no Faial.
O SPRA saúda a intenção demonstrada pelo Governo Regional dos Açores de contrariar algumas das injustiças que estão plasmadas no Estatuto da Carreira Docente. O cumprimento deste desiderato implica alterações substanciais em diplomas como o ECD, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Público e Currículos Regionais do Ensino Básico.

Dia 4 – Plenário do SPRA na Terceira.

Dia 8 – Plenário do SPRA em São Jorge.

Dia 14 – Plenário do SPRA nas Flores.

Dia 18 – O SPRA saúda todos os trabalhadores que contribuíram para que a greve deste dia fosse um sinal claro para que o Governo inverta as políticas em curso, que apenas concorrem para o empobrecimento geral da classe trabalhadora e das suas famílias.

Na tomada de Posse do Presidente da Direção Regional do SPRA para o triénio 2023/2026, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG), Aníbal Pires, deixou "uma palavra de apreço e reconhecimento pela renovação do mandato de António Lucas, mas também pelo excelente trabalho sindical e de gestão financeira e patrimonial que as direções anteriores conquistaram e consolidaram e a que, estou certo disso, esta direção dará continuidade".

Aníbal Pires, Presidente da MAG:

Uma palavra de apreço e reconhecimento pela renovação do mandato de António Lucas

A sessão decorreu em Ponta Delgada, no passado dia 30 de junho. A felicitação do Presidente da MAG ao Presidente da Direção Regional do SPRA foi "acompanhada de sinceros votos de que este mandato, à semelhança dos anteriores, seja de sucesso, na condução da luta sindical dos educadores e professores dos Açores, de procura permanente de consensos que se traduzam na consolidação e ampliação da influência do SPRA junto dos docentes e no aumento da nossa base social de apoio."

Noutra passagem, Aníbal Pires afirmou:

"Este novo mandato, ou não fôssemos nós uma organização sindical de classe, é desafiante, pelas lutas sindicais que vamos travar, mas outros aspetos devem merecer atenção, tempo, reflexão, discussão, decisão e ação, desde logo, o aperfeiçoamento e diversificação dos serviços que disponibilizamos aos nossos associados, procurando, sempre que possível, encontrar as soluções que melhor satisfaçam os seus interesses e necessidades, sem que essa tarefa descaraterize a nossa matriz sindical, mas é, sobretudo, a necessidade de formação político sindical dos nossos quadros dirigentes, nos quais incluo os delegados sindicais que devem merecer uma atenção particular."

Duas palavras sobre o esforço e rejuvenescimento

Em ocasiões anteriores, Aníbal Pires já tinha destacado "o esforço de rejuvenescimento dos quadros, não tanto pela idade dos colegas que integram os novos órgãos sociais, mas, sobretudo, pela assunção de compromissos por associados que assumem pela primeira vez responsabilidades dirigentes". Acrescentou, a propósito: "Dir-me-ão que, ainda assim, estamos aquém do que seria ideal e necessário para garantir que a direção futura do SPRA continuará a pautar a sua intervenção com a mesma determinação, ancorada nos princípios e valores do Movimento Sindical Unitário, e eu direi que o caminho se faz caminhando, e alguns passos têm sido dados."

Noutra passagem, declarou:

"Bem sei, caros colegas e dirigentes, bem sei, senhor Presidente que esta, como outras tarefas, não dependem da vontade do Presidente da Direção, afinal funcionamos com base num coletivo do qual o António Lucas é um elemento ao qual este organismo atribuiu tarefas de coordenação e representação. O que significa que as decisões e a sua concretização não dependem da vontade exclusiva do Presidente, mas deste representativo e alargado órgão coletivo."

Intervenção de Aníbal Pires, Presidente da MAG do SPRA (versão integral) em www.spra.pt

Greve nacional a 6 de outubro é ação prevista

A resposta dos professores à intransigência do ministro

A FENPROF e outras 8 organizações sindicais de docentes reuniram no passado dia 7 de julho, para fazer uma análise e apreciação do ano letivo 2022/23 e dos processos negociais com o Ministério da Educação. No final da reunião, em conferência de imprensa, as organizações sindicais anunciaram as formas de luta que irão adotar desde o primeiro dia deste novo ano letivo (2023/24), caso o Governo não altere a sua postura negocial e continue sem dar resposta aos problemas que afetam os docentes, mas também as escolas e os alunos. Uma greve nacional a 6 de outubro (inserida numa semana de luta) é uma das ações previstas.

O Secretário Geral da FENPROF considerou, no referido encontro com a comunicação social, que, mais uma vez, foi a falta de professores qualificados nas escolas que marcou o ano letivo. O ME anunciou que, durante o ano, conseguiu colocar mais cerca de 45 mil professores nas escolas, mas o certo é que, ao longo do ano letivo, cerca de 30 mil alunos tiveram sempre um professor em falta pelo menos a uma disciplina. Isto revela que, ao contrário do que o ME afirma, o problema da falta de professores não é conjuntural, mas um problema estrutural gravíssimo do sistema educativo português, que não se resolve com medidas avulsas, mas com um verdadeiro investimento na Educação e nas escolas, com uma efetiva valorização da profissão docente e uma real melhoria das condições de trabalho nas escolas. "A recuperação do tempo de serviço faz parte dessa valorização", conclui.

Assim, à repetida declaração de vários membros do governo de que o tempo de serviço é um dossiê encerrado, os sindicatos respondem que a recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias vai ser a camisola que vão continuar a vestir. "Este não é o único motivo, mas é uma prioridade da luta dos professores e, por isso, quem pode dar o assunto por encerrado ou não são os professores; e isso só irá acontecer quando o tempo de serviço for recuperado", declarou Mário Nogueira.

No que diz respeito ao relacionamento com os sindicatos, Mário Nogueira lamentou que, tendo sido marcada reunião de negociação para 14 de julho, não esteja agendada a discussão de nenhum dos assuntos que os professores e os seus sindicatos consideram mais importantes, como a burocracia, os problemas da monodocência, a questão das vagas, a Mobilidade por Doença, a violência nas escolas e a indisciplina, por exemplo.

Da ordem de trabalhos para essa reunião, segundo informação no momento em que fechávamos esta edição do SPRA Info, constavam apenas dois pontos: a questão dos docentes do Ensino Artístico - Docentes de Artes Visuais e Audiovisuais, e a definição dos "requisitos das áreas disciplinares dos docentes titulares de cursos Pré-Bolonha em procedimentos de contratação de Escola".

Negociar exige uma atitude séria

O ministro e a sua equipa têm que compreender que negociar exige uma atitude séria, responsável e objetiva. "Sacudir a água do capote", "atirar para canto", "esquecer" os temas mais expressivos das justas reivindicações sindicais não é caminho para o necessário diálogo construtivo.

Os trabalhadores das administrações locais, regionais e centrais, desde 2011, que têm visto os seus rendimentos degradarem-se, por um lado, pela falta de atualizações salariais, por outro, pelos sucessivos congelamentos de carreiras, entraves administrativos às progressões, carga fiscal e inflação. A inflação acumulada entre 2011 e 2021, na aquisição de bens e serviços, foi de 13% (não foi tida em conta a inflação relativa a compra ou arrendamento de imóvel, que ronda os 20%). A inflação prevista para o corrente ano, todos os indicadores o referem, será de 2 dígitos, logo, superior a 9%. Podemos, assim, afirmar que a perda de poder de compra para os trabalhadores da Administração Pública, no acumulado dos últimos 11 anos, será de, pelo menos, 23%. É urgente inverter as políticas em curso!

Dia 29 – FENPROF realiza, em Lisboa, a 3.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados, sob o lema ***"Um Envelhecimento e uma Aposentação Dignos com Direito aos Direitos".*** SPRA participa na iniciativa.

DEZEMBRO

Dia 21 – Realiza-se a reunião de negociação suplementar, solicitada pelo SPRA, para a revisão do Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, terminando, assim, este processo negocial. Para o SPRA, é urgente a regulamentação dos incentivos à fixação do pessoal docente, já previstos no ECD na RAA, em ilhas ou escolas que não conseguem fixar os docentes do quadro. Nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo, a enorme dificuldade em fixar os docentes do quadro é um problema recorrente. O Governo não aceitou a proposta do SPRA para que os critérios de aplicação destes incentivos ficassem já definidos no diploma em apreço, remetendo-os para posterior regulamentação.

2023

FEVEREIRO

Dia 17 – O Diário da República publica o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023, que aprova o modelo de educação inclusiva na Região Autónoma dos Açores.

Mário Nogueira sublinha que os meses de agosto e setembro poderiam ser uma "janela aberta para uma negociação efetiva para resolver problemas" e que, em outubro, as organizações sindicais irão estar atentas a proposta de Orçamento do Estado para 2024, no sentido de perceber se esta irá traduzir um efetivo investimento na Educação. Se tal não suceder, se o financiamento previsto para a Educação não se aproximar dos 6% do PIB e o OE continuar a ignorar e a negar soluções para os problemas que afetam os professores, "teremos, com certeza, a primeira grande vinda dos professores para a rua, na exigência de um Orçamento do Estado que tenha a Educação como prioridade", declarou.

Assim, caso o ME mantenha uma postura de intransigência, continue a não dar resposta e a não apresentar soluções para os principais problemas dos professores e das escolas, a luta, garantem os sindicatos, vai continuar em 2023/24, dando continuidade à exigência de valorização da profissão e de melhoria das condições de trabalho (ver outra peça).

O regresso à luta no arranque deste novo ano letivo

É num quadro de ausência de respostas que, sem prejuízo de outras ações, as nove organizações sindicais decidiram promover, em convergência, as seguintes ações:

Realizar uma campanha pública no início de setembro para divulgação das motivações que levam os professores à luta - uma luta por uma escola melhor, com professores qualificados, e que, por isso, é uma luta de todos;

Porque o ME recusou soluções para os abusos que continuam a verificar-se nos horários de trabalho dos professores, convocar greve ao sobretrabalho, às horas extraordinárias e à componente não letiva de estabelecimento, logo a partir do primeiro dia do ano letivo, 12 de setembro;

Ao longo do mês de setembro, auscultar os professores sobre as formas de luta que estão disponíveis para concretizar;

Na primeira semana de outubro, como forma de assinalar devidamente o Dia Mundial do Professor, que se celebra a 5 de outubro, realizar uma série de ações e iniciativas, numa semana de luta que culminará, a 6 de outubro, com uma greve nacional de professores e educadores.

MCTES continua sem soluções para a precariedade:

A luta dos trabalhadores científicos continua!

+ info: www.fenprof.pt

No passado dia 18 de Julho, a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior esteve presente em audição na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, no seguimento dos requerimentos apresentados pelo PCP e pelo BE, para discutir a precariedade no setor do Ensino Superior e da Ciência.

A audição não acrescentou nada de novo, exceto o facto de a ministra Elvira Fortunato ter anunciado, na própria audição, que as medidas recentemente propostas pelo governo já foram negociadas com os sindicatos, o que é grave, por não corresponder à verdade. Em bom rigor, não só não ocorreu negociação sindical, como ainda ninguém viu um documento escrito com o projeto detalhado de qualquer medida de combate à precariedade no ensino superior e na investigação. Porém, são evidentes alguns avanços relativamente às anteriores declarações e propostas da ministra, notando-se uma postura diferente, mostrando que vale a pena continuar a lutar.

7 reivindicações fundamentais

Face às manobras de distração promovidas pelo MCTES que têm vindo a público, o protelar dos processos negociais e a tentativa, em vão, de dividir os trabalhadores científicos e de os vencer pelo cansaço, durante a audição da ministra, cerca de 150 trabalhadores científicos com vínculos precários protestaram no exterior da Assembleia da República, para exigir respostas efetivas e definitivas que permitam ultrapassar a situação dramática que se vive no setor do ensino superior e da ciência há décadas, reclamando:

- Garantia da manutenção do financiamento atual para o emprego científico de doutorados;
- Garantia de um mecanismo permanente de financiamento para a contratação para a carreira de investigação científica;
- Revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação e substituição de todas as bolsas por contratos de trabalho;
- Contratação permanentemente dos trabalhadores que desempenham funções técnicas, de gestão de ciência e funções próximas;
- Contratação permanentemente dos "falsos" docentes convidados;
- Financiamento adequado das Instituições de Ensino Superior e de Ciência, pondo fim ao subfinanciamento crónico em que vivem há décadas;
- Resolução dos problemas criados pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, repondo a gestão democrática das instituições.

A Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), a Federação Nacional dos Professores (FENPROF), a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), a Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis, os Investigadores da FCUL, os Investigadores do IPMA, a ITQB Post Doctoral Association, a LUPA - LAQV & UCIBIO Postdoctoral Association, o Núcleo de Bolseir@s, Investigador@s e Gestor@s de Ciência da NOVA FCSH, o Núcleo de Investigadores do Instituto Superior Técnico (NInTec), o Núcleo de Investigadores do ISCTE e a Universidade Comum continuarão a lutar com os trabalhadores do setor pela dignificação do trabalho científico e de todos os trabalhadores do Ensino Superior e da Ciência.

Plenário de Sindicatos da CGTP-IN define

7 objetivos essenciais

1. Assumir o compromisso de continuar a luta e intensificar a ação e a intervenção nas empresas, locais de trabalho e serviços, unindo e mobilizando os trabalhadores, afirmando a liberdade sindical e o exercício dos direitos sindicais na sua plenitude, defendendo os direitos e exigindo respostas às suas justas e urgentes reivindicações.

2. O aumento geral e significativo dos salários para todos os trabalhadores, em, pelo menos, 10%, com um mínimo de 100€, a valorização das carreiras e profissões, o aumento do salário mínimo para 850€, avançando com a intensificação da luta reivindicativa em todos os sectores, exigindo aumentos intercalares no imediato, que respondam à justa e possível reivindicação salarial, incluindo nos locais de trabalho em que houve aumentos, mas que ficaram aquém das necessidades dos trabalhadores;

3. A reposição do direito de contratação coletiva, com a revogação da caducidade, bem como das restantes normas gravosas da legislação laboral, e a reintrodução plena do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;

4. A redução do horário para as 35 horas de trabalho semanal para todos, sem perda de retribuição, contra a desregulação dos horários, adaptabilidades, bancos de horas e todas as tentativas de generalizar a laboração contínua e o trabalho por turnos;

5. O combate à precariedade nos sectores privado e público, garantindo que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efetivo;

6. O aumento das pensões de reforma, de modo a repor e melhorar o poder de compra dos reformados e pensionistas;

7. O reforço do investimento nos serviços públicos, nas funções sociais do Estado e na valorização dos trabalhadores da administração pública, para assegurar melhores serviços às populações. •

Da resolução aprovada no Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, subordinada ao tema "Aumentar salários e pensões – valorizar o trabalho e os trabalhadores. Lutar por respostas para os problemas dos trabalhadores e do País! ", Lisboa, 6/07/2023

Integrado no programa das comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, a CGTP-IN produziu uma exposição itinerante, composta por 12 painéis, impressos em alveolar, com a dimensão de 70x100cm. Trata-se de um projeto cofinanciado pelo POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. As Uniões Distritais podem requisitar e marcar o período de utilização da exposição por e-mail, para *informacao@cgtp.pt*. A exposição poderá ser usada até maio 2024, em simultâneo por duas Uniões. •

Dia 4 – SPRA integra a organização da 4.ª Corrida Regional do Professor, em Angra do Heroísmo, com partida e meta na Praça Velha.

Dia 8 – **O combate pela Igualdade não é um problema da Mulher – antes tem de ser encarado por mulheres e homens, como um passo decisivo para uma sociedade mais evoluída!** Este é um dia de todas as lutas, para dar força a uma Luta de todos os dias! O alerta é da CGTP-IN e foi dado por ocasião do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, com ações em várias localidades açorianas.

Dia13 – De 13 a 30 de março, o SPRA realiza plenários subordinados ao tema ***"O que vai mudar nas escolas da Região?"***: Santa Maria, São Jorge, Graciosa e Pico (dia 13), Faial (14), Terceira (15), São Miguel (16) e Flores (20). A recuperação do tempo perdido entre carreiras e as alterações nos horários de trabalho e nas condições do exercício de cargos (componente letiva e não letiva) estiveram no centro do debate.

ABRIL

Dia 25 – SPRA celebra 25 de abril em Angra do Heroísmo, promovendo, em colaboração com o Grupo de Teatro Alpendre, o espetáculo Celebrar José Mário Branco para Aprender a Liberdade
"SER SOLIDÁRIO ASSIM PR'ALÉM DA VIDA"

A Medicina no Trabalho nas Escolas – um bem necessário

Filipe Pinheiro de Campos, Dirigente da Área Sindical de São Jorge

É hoje claro que a escola, pese embora a sua reconhecida relevância, é foco de um conjunto de riscos de diferentes naturezas que colocam em causa o bem-estar dos seus profissionais. Esses riscos, particularmente de natureza psicossocial, ergonómica e organizacional, são responsáveis – se não na sua globalidade, pelo menos em parte – pelo surgimento de patologias cada vez mais recorrentemente referidas por professores. Entre toda essa panóplia de patologias encontramos situações como a síndrome de Burnout, as diferentes tipologias de síndromes ansiosos, mas também estados depressivos e similares. Frequentemente os professores queixam-se de excesso de trabalho, de condições de trabalho deficitárias, das relações entre pares e outros agentes educativos ou até com a própria sociedade, das exigências de natureza administrativa e das constantes mutações legislativas e curriculares. Nada melhor para desencadear estímulos de natureza stressante que, interpretados enquanto tal, conduzem a respostas variadas no organismo humano em que a integração neuro-hormonal tem papel fulcral.

Procurar uma causalidade direta entre escola e patologias frequentemente referidas por professores não é fácil, logo, estabelecer o nexo de causalidade torna-se particularmente complexo, mas certo é que os professores têm consciência de que a escola enquanto repositório de riscos, coloca em causa o seu bem-estar e o seu equilíbrio biopsicossocial e, consequentemente, o seu desempenho.

A abordagem proativa assume aqui um papel fulcral, uma postura preventiva face a toda essa multiplicidade de situações de risco, permitindo não apenas a busca por formas de prevenção e proteção como do estabelecimento de estratégias individuais de enfrentamento que lhe façam frente. Certo é que, quando é necessária uma intervenção, esta é cada vez mais tardia e em momentos em que as diferentes patologias estão de tal modo instaladas que se repercutem num mal-estar tal que facilmente conduz ao absentismo laboral com os riscos inerentes ao mesmo. Procurar prevenir é a melhor arma que teremos ao nosso alcance para que o débil equilíbrio entre bem-estar e meio circundante se consiga manter não obstante as forças perturbadoras que o afetam de modo contínuo e cumulativo.

O papel e importância da medicina no trabalho

É aí que entra também a Medicina do Trabalho. A ela compete não apenas zelar pelo estabelecimento ou pela manutenção de condições de trabalho para que os profissionais tenham a perceção de trabalhar em locais seguros e promotores de saúde, mas também pela vigilância contínua do seu estado de saúde. Desenvolvida no sentido de prevenir problemas de saúde decorrentes do trabalho, visa igualmente promover o bem-estar e qualidade de vida do trabalhador, no local de trabalho. Como tal, é um pilar vital do exercício de qualquer atividade profissional.

É realizada através do acompanhamento dos trabalhadores, da monitorização da sua saúde e da observação dos riscos a que são expostos no seu local de trabalho. Adicionalmente, avalia as capacidades dos mesmos de exercerem as tarefas profissionais inerentes à sua profissão. Fácil é entendermos que, salvaguardando a saúde dos seus profissionais, as escolas promovem um ambiente saudável. São evitadas doenças, acidentes e quebras de motivação e de produtividade.

Ainda que seja de todo o interesse de qualquer empregador permitir o acesso à medicina do trabalho, ela é obrigatória. Encontra-se definida na lei, regulamentada pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, alterada pela Lei n.º 13/2014, de 28 de janeiro, da qual se infere claramente a obrigatoriedade da vigilância do estado de saúde de todos os trabalhadores em

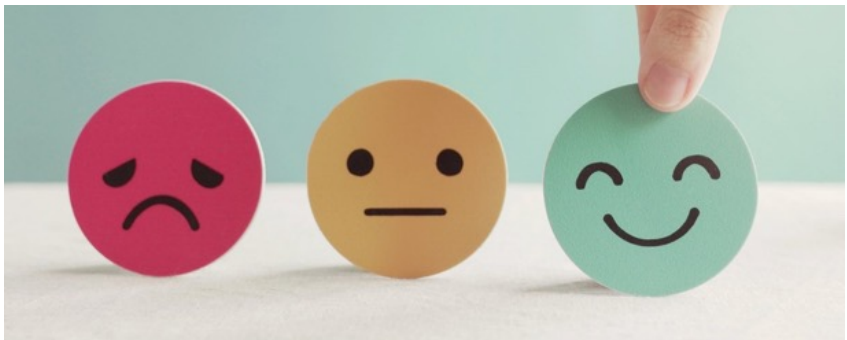
Ainda que seja de todo o interesse de qualquer empregador permitir o acesso à medicina do trabalho, ela é obrigatória. Encontra-se definida na lei, da qual se infere claramente a obrigatoriedade da vigilância do estado de saúde de todos os trabalhadores em todos os setores e ramos de atividade.

todos os setores e ramos de atividade. A legislação da medicina do trabalho define também que é aplicada na prática através de consultas e estabelece igualmente que é da responsabilidade da medicina do trabalho, na pessoa do médico, fazer recomendações ou propor alterações nas condições de trabalho.

O acesso a esta especialidade é um direito de todos os trabalhadores que têm direito a ser observados por um médico especialista, designado para o efeito, em contexto laboral, a solicitar ao médico de trabalho exames e análises, sendo-lhe também garantido o acesso à sua ficha clínica e de aptidão.

A realização da consulta é da inteira responsabilidade da entidade empregadora, que está obrigada a criar todas as condições para a sua realização devendo ser totalmente gratuita, bem como todos os exames médicos que seja necessário efetuar. Se a jurisprudência admite a existência de consultas e exames de admissão à atividade - o que na maior parte das vezes é atestado pela declaração de robustez física e perfil psíquico - consigna também a obrigatoriedade da realização de consultas e exames periódicos que deverão ocorrer com periodicidade anual para todos aqueles que tenham mais de cinquenta anos de idade, ou de dois em dois anos, para os restantes. Consultas e exames ocasionais estão também definidos no texto legal.

Casos existem na função, felizmente, em que os serviços de Medicina do Trabalho se efetivam, mas, infelizmente, nas escolas esta realidade está longe de o ser. Municípios, serviços de diferentes Ministérios oferecem esta especialidade, permitindo assim avaliar as condições de trabalho dos seus profissionais e verificar em que medida elas se repercutem no seu estado de saúde. •



O novo ECD: verificabilidade das condições de saúde e de trabalho de pessoal docente

O novo Estatuto do Pessoal Docente garante no seu artigo 9.º o direito à higiene, saúde e segurança no local de trabalho através da prevenção e redução dos riscos profissionais, da proteção por acidente de trabalho, da prevenção e tratamento das doenças profissionais que venham a ser adquiridas em resultado necessário e direto do exercício continuado da função docente, inscrevendo a novidade relativa à penalização da prática de ofensa corporal ou outra violência sobre o docente, no exercício das suas funções ou por causa destas. Já o artigo 138.º estatui o rastreio das condições de saúde para que, de modo a verificar as condições de saúde e de trabalho do pessoal docente, sejam realizadas ações periódicas de rastreio, da competência de médicos credenciados pela direção regional competente em matéria de educação, aprovadas anualmente pela unidade orgânica.

O texto é claro e vai ao encontro, naturalmente, da legislação vigente nesta matéria, mas há certamente muito caminho a trilhar, desde logo, pela efetivação das medidas preconizadas. Só assim teremos profissionais mais satisfeitos com a sua profissão, mais comprometidos com a sua atividade o que resultará numa melhoria do desempenho e, consequentemente numa melhor aprendizagem dos nossos alunos.

Dia 30 – FENPROF completa 40 anos de vida. Uma vida feita por professores a pensar na profissão, com os olhos postos na Escola Pública e com a convicção de que será possível e desejável uma sociedade justa em que todos tenham lugar e sejam felizes.

MAIO

Dia 1 – SPRA participa, em Angra do Heroísmo, no **Dia do Trabalhador**, com concentração a exigir as 35 horas para todos os trabalhadores e um contrato de trabalho que respeite e dignifique os trabalhadores do comércio local.

Dias 9 e 10 – No dia 9, é aprovado, na generalidade, o Estatuto do Pessoal Docente e, no dia 10, na especialidade. Como destaca a Direção do SPRA, a aprovação deste diploma, por unanimidade, é inseparável da longa luta dos docentes dos Açores, em torno da melhoria dos seus horários de trabalho e da valorização da carreira – luta que foi dirigida, desde o início, pelo Sindicato. Foram os docentes que, em 2007, em plenários do SPRA, proporcionaram as condições para que a tutela de então iniciasse a criação de um Estatuto regional.

Dia 31 – A publicação de um novo regime jurídico de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional pretende conferir uma maior democraticidade na constituição das estruturas de gestão intermédia, valorizando a intervenção dos trabalhadores de ação educativa, bem como uma adequação dos tempos de trabalho pelo exercício de cargos de gestão ou coordenação e a inserção de novos critérios de definição da dimensão das unidades orgânicas, não os restringindo ao número de alunos, refere o SPRA.

O Decreto Legislativo Regional n.º 19/2023/A foi publicado na edição de 31 de maio passado do DR.

JUNHO

Dia 9 – Decorrem as eleições para os órgãos do SPRA (votação presencial) - triénio 2023/2026. Concorre apenas uma lista ("A").

Equívocos

As relações interpessoais em contexto familiar, como em outras conjunturas, sejam no ambiente de trabalho, na escola, no clube ou associação, não são imunes a gerarem alguma conflitualidade. O que não tem de ser dramático, afinal convivem interesses díspares e, estranho seria que em determinados momentos não tivesse lugar um choque entre distintas vontades, agendas, temperamentos. Enfim um sem número de diferenças que acabam, mais tarde ou mais cedo, por colidirem, dando assim origem a contendas que podem acarretar problemas, por vezes, insanáveis e o relacionamento ser afetado temporária ou definitivamente. Não há como evitar os litígios que se geram nas relações interpessoais, há certamente formas de os minimizar e, sobretudo, estratégias para os gerir. Não é, contudo, uma abordagem holística à gestão de conflitos nas relações interpessoais que, esta semana, trago para partilhar convosco. Este não é o espaço indicado para o efeito e o autor, tendo alguma experiência, não tem conhecimento que lhe permita fazê-lo.

As causas que, bastas vezes, estão na origem dos conflitos nas relações interpessoais, mesmo dentro do casamento, são motivados por imprecisões na comunicação ou, pela ausência dela. A comunicação, como a camaradagem, a amizade e o amor, deve ser fertilizada com clareza e utilizada sem subterfúgios ou códigos. Se assim não for os equívocos têm campo para medrar, o conflito instala-se e o afastamento acontece. Quantas e quantas vezes nos damos conta que os nossos relacionamentos, com quem tínhamos uma ligação de amizade, de trabalho, familiar (mais ou menos próxima), ou outra, esfriou e o afastamento, ou mesmo o corte de relações, acontece. Nem sempre procuramos a raiz que fez germinar a ausência, o evitamento, o afastamento ou fim de uma relação. Tenho para mim que se procurássemos encontraríamos, com alguma frequência, um mal-entendido comunicacional. Não só, mas também.

As razões porque não procuramos as causas são de vária índole, desde logo, por não nos sentirmos culpados pois, no nosso entendimento nunca fomos incorretos ou desleais. Eu, por exemplo, costumo dizer: problema deles, comigo só se dá mal quem quer, e, eu não disse, nem fiz nada que justifique tamanha desconsideração. Esta expressão mais não significa do que sacudir a água do capote, isto é, estou, com este procedimento, a afastar qualquer responsabilidade pelo afastamento ou corte relacional. Mas será que não tenho!? É bem possível que sim, num qualquer momento a comunicação pode ter sido mal-entendida e resultar numa reação negativa do meu interlocutor. Ou então ignoramos, de todo, pois, a vida é complexa e entendemos que a situação não merece atenção nem desperdício de energia. São procedimentos legítimos e comuns e daí não vem mal ao mundo se a contenda não assumir outros contornos, e dela não resultar mais prejuízo para as partes do que aquele que advém do fim de uma relação, ou tão-somente o evitamento.

Tudo isto é aceitável. Existem, no entanto, alguns contextos em que é possível, mas não desejável, o evitamento, mas não o afastamento. Quem partilha o mesmo ambiente de trabalho, espaços onde se desenvolvem atividades comuns, ou dentro das famílias, pode evitar, mas não se pode afastar pois, acabam sempre por acontecer momentos de interação. Nestes casos o melhor é procurar o esclarecimento e se a deterioração do relacionamento tiver resultado de um mal-entendido, provocado por uma atitude, gesto, ou palavras que, por razões diversas, foram interpretadas como uma "agressão" ou desrespeito, então o melhor mesmo é procurar desfazer o equívoco e normalizar o relacionamento. Nem sempre é possível, mas é sempre desejável.

A comunicação oral, visual e corporal, até mesmo a escrita, é, como sabemos, sujeita a interpretações diversas. Por vezes por falta de alguns elementos

A falta de elementos comunicacionais é mais frequente do que se possa pensar, não só pela informação estar incompleta, mas também por partirmos do pressuposto de que o que dizemos é suficiente para o entendimento do que queremos ou desejamos

comunicacionais, como por exemplo: - "não te esqueças/dizes enquanto te afastas/ainda esboço uma tentativa para /lá longe/te ouvir dizer o que não devo esquecer/já não me ouves/já não me vês/ fico sem saber do que não esquecer/ quero lembrar-me/tenho tanto para não esquecer/e lembro-me/mas como será que me posso lembrar/como queres que não esqueça/se te esqueceste de me dizer do que me devia lembrar." Aníbal C. Pires, In Esperança Velha e outros poemas. A informação não se completou e pode acontecer um desentendimento, legítimo, pois faltava um elemento importante: alguém se esqueceu de dizer do que outro tinha de se lembrar. Coisa aparentemente de somenos importância, mas dependendo das circunstâncias pode ser suficiente para graves desentendimentos.

A falta de elementos comunicacionais é mais frequente do que se possa pensar, não só pela informação estar incompleta, mas também por partirmos do pressuposto de que o que dizemos é suficiente para o entendimento do que queremos ou desejamos, ou ainda pelas diferenças na matriz cultural dos intervenientes, a interpretação do que fazemos ou dizemos nem sempre é entendida da mesma forma.

Não sendo fácil eliminar todo ruído comunicacional, mas se queremos ser compreendidos sem interpretações obtusas devemos procurar que a nossa linguagem (oral, escrita, corporal) não dê aso a equívocos que possam levar a problemas nos nossos relacionamentos interpessoais. Como já referi, não é fácil. Ter consciência de que acontece é um primeiro passo para evitar mal-entendidos que podem prejudicar o relacionamento interpessoal. | ***Aníbal C. Pires***

www.anibalpires.blogspot.com

ÚLTIMA HORA

Reinscrição na CGA

Reivindicação da FENPROF e seus sindicatos produz efeitos

Em resultado da pressão dos milhares de pedidos sobre a CGA e das decisões jurídicas de diversos tribunais, a CGA emitiu o ofício que reconhece, finalmente, **o direito à reinscrição na CGA! Este foi um longo processo de luta – mais silencioso e paciente, mas mesmo assim, um longo e difícil processo de luta.**

Nesse sentido, a atuação dos docentes, apoiados pelos sindicatos, merecem também o nosso reconhecimento, por terem contribuído para este desfecho! Por essa via, haverá mais docentes e outros funcionários públicos que, não tendo ainda despoletado a sua reinscrição, mais facilmente a farão agora!

Quanto à reinscrição, haverá duas partes no processo – o presente / futuro e a reconstituição da carreira contributiva. Quanto à primeira parte, o ofício é claro:

Para tal, devem essas entidades empregadoras enviar à Caixa Geral de Aposentações um formulário Mod. CGA11- "atualização de vínculo" por cada trabalhador, devidamente preenchido, inscrevê-lo na lista do quadro de pessoal da entidade na relação contributiva (Rci) e iniciar de imediato a entrega de quotas e contribuições, ficando de imediato garantida a produção de efeitos para o futuro da reinscrição do utente como subscritor da CGA.

Quanto à segunda parte, referente aos descontos efetuados no passado, a instrução da CGA é aguardar por futuro ofício circular:

No que respeita à (...) à reconstituição retroativa da carreira contributiva, (...) a Caixa Geral de Aposentações divulgará oportunamente, também por ofício circular, instruções sobre o procedimento a adotar pelos empregadores.

Assim, sugerimos que contacte o seu sindicato para indicações a seguir nos próximos momentos de reinscrição na CGA.

Ver ofício em **www-spra.pt**

A votação eletrónica já se tinha realizado nos dias 5 e 6 de junho.

JULHO

Dia 4 – Avaliação do desempenho do pessoal docente. Em carta dirigida à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, o SPRA refere que tem sido questionado por inúmeros associados que iriam progredir durante o ano escolar de 2024/2025, mas que, por aplicação do art.º 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, passam a ter o requisito do tempo de serviço para progredir no ano escolar de 2023/2024. Perante a inexistência, até data, de listas de previsão de progressão que tenham em conta o referido artigo, bem como da possibilidade de acesso atempado à formação contínua necessária para efeitos de avaliação do desempenho docente, o SPRA solicita que os docentes abrangidos por esta situação possam progredir com o requisito de tempo de serviço e integrar o período avaliativo de 2023/24 no relatório de progressão seguinte.

Esta solução, recorda o SPRA, foi implementada em situações anteriores e de forma transitória, nomeadamente, quando se iniciou a recuperação do tempo de serviço congelado entre 2011 e 2017. A sua implementação, conclui o SPRA, revelou-se simples e eficaz, pelo que o Sindicato propõe a sua aplicação para os casos descritos.

Dia 5 – Largas dezenas de investigadores manifestam-se junto à reitoria da Universidade de Aveiro, durante a sessão inaugural do Encontro Ciência 2023, dedicado aos oceanos. Esta iniciativa envolve, para além da FENPROF, doze organizações. Durante a sonora manifestação, foi entregue ao primeiro-ministro, António Costa, um documento com as principais reivindicações dos investigadores/trabalhadores científicos, para que possam ter um trabalho digno. Recorde-se que, atualmente, 90% dos investigadores com contrato em Portugal são trabalhadores com vínculos precários. Aos cerca de 4 mil investigadores contratados através do Decreto-Lei n.º 57/2016, alterado pela Lei n.º 57/2017 (DL 57) — financiados pela FCT ou por outros fundos —, juntam-se milhares de bolseiros que, apesar de prestarem trabalho científico, apenas recebem uma bolsa, sem qualquer proteção social digna desse nome.

URIPSSA
União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores

Dia 6 – Em carta dirigida ao Presidente da União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma dos Açores, a Direção do SPRA solicita a esta entidade uma reunião para "elaborar um calendário negocial tendo em vista a criação

ENTREVISTA

José Ribeiro Pinto, membro da Direção da Associação Cultural Angrajazz

A caminho da sua 24.ª edição e apostando de novo numa "programação de altíssima qualidade", aí está o Festival Angrajazz/2023, com concertos nos dias 4, 6 e 7 de outubro. A nossa reportagem foi ao encontro de José Ribeiro Pinto, da Direção da Associação Cultural Angrajazz. "Entende que não basta organizar concertos, se não se lançarem sementes mais fortes, não só para aumentar o gosto pelo jazz, mas também, e principalmente, para se criar uma atividade local deste importantíssimo género musical. Continuaremos fortemente empenhados neste trabalho", garante José R. Pinto, que começa por nos dar uma panorâmica dos concertos deste 24.º Angrajazz, que aguardamos com grande expetativa.

"Contribuir para o desenvolvimento do gosto pelo Jazz na Região" é um dos objetivos centrais do Festival

A 24.ª edição do Festival AngraJazz arranca no próximo dia 4 de outubro. Quais são os pontos altos da programação deste ano?

José Ribeiro Pinto (J.R.P.) - O Angrajazz procura ter sempre uma programação de altíssima qualidade. O nome mais sonante, neste momento, é o de Immanuel Wilkins, mas teremos, no dia 4, a começar o Festival, a apresentação da Orquestra Angrajazz, com um brilhante convidado, o vibrafonista Jeffery Davis, e, logo a seguir, o concerto do quinteto da pianista canadiana Renee Rosnes, cuja distinta carreira de pianista e compositora continua a alcançar níveis cada vez mais elevados, marcados por novas músicas e colaborações emocionantes. Renee é membro e lidera o supergrupo Artemis.Estará acompanhada pelo saxofonista alto e soprano Steve Wilson, a saxofonista tenor Nicole Glover, o contrabaixista Peter Washington e o baterista Carl Allen. Trata-se, pois, de uma super-banda!

No segundo dia, teremos, primeiro, o maravilhoso trio do contrabaixista Ben Allison, que estará acompanhado pelo saxofonista Ted Nash e pelo guitarrista Steve Cardenas.

A fechar a noite, vamos ter o concerto do fantástico grupo português Coreto. O Coreto (formado em 2011) é um ensemble constituído por 12 músicos pertencentes à comunidade de Jazz do Porto e que desenvolve o seu trabalho criativo junto da associação Porta-Jazz. São músicos de jazz que se juntam sob a liderança de João Pedro Brandão, membro fundador da Porta-Jazz e do Coreto, figura incontornável da comunidade jazzística local e nacional.

No último dia, começaremos, então, com o quarteto do saxofonista alto Immanuel Wilkins, que foi eleito, na votação anual da revista norte-americana, o melhor saxofonista alto do mundo do jazz e este quarteto foi eleito o melhor grupo "rising star" de jazz do ano. A fechar o Angrajazz 2023, teremos o grupo da cantora sueca Vivian Buczec, que é uma das mais destacadas e envolventes cantoras de jazz suecas. Possuindo um sentimento notável pelo idioma do jazz, é uma cantora verdadeiramente dinâmica e emocional que compreende a tradição e orgulhosamente carrega a tocha das cantoras de jazz.

O AngraJazz colocou a ilha Terceira na rota dos bons festivais que se realizam no nosso país (e não só...). Que balanço se pode fazer dos festivais até hoje realizados?

J.R.P. - Recordemos os objetivos lançados desde a primeira hora:

• Apresentar um Festival de grande qualidade, suscetível de constituir um marco no panorama musical anual dos Açores e da Terceira, em particular;

• Fazer com que o mesmo tenha visibilidade para além das fronteiras da Região, e, como tal, seja inserido no calendário anual dos Festivais de Jazz em Portugal;

• Contribuir para o desenvolvimento do gosto pelo Jazz na Região.

E esses objetivos já foram atingidos?
J.R.P. - O Angrajazz já conseguiu atingir em grande parte estes objetivos. De facto, já é frequente aparecerem referências aos seus concertos nos jornais nacionais de grande projeção, tais como o "Público", o "Expresso" ou o "Diário de Notícias "ou, ainda, nos sites Jazz.pt, jazzlogical.net ou lookmag.pt; alguns dos seus concertos têm sido considerados como dos melhores do ano em Portugal; e não há dúvida de que muita gente o "tem na sua agenda".

O Angrajazz costuma ser acompanhado por jornalistas e críticos estrangeiros...
J.R.P. - Desde 2017, passámos a convidar jornalistas/críticos estrangeiros de revistas e blogues de referência, como a Jazz Magazine (França e países francófonos) Jazzthetik (Alemanha, Suíça e Áustria), da mundialmente famosa Downbeat (USA) e um jornalista e uma jornalista fotográfica do blog Jazztrail, sediado em Nova York. Este ano, ainda devido ao facto de o Turismo de Portugal não ter promovido atempadamente o programa que proporciona apoio para a divulgação internacional de festivais de música sob a marca "Portuguese Music Festivals", não poderemos ter jornalistas estrangeiros na cobertura do Festival.

Trata-se, pois, de um acontecimento indispensável no calendário cultural açoriano, mas também do calendário jazzístico nacional, e com reconhecimento internacional. O site JazzLogical considera mesmo que o Angrajazz e o Funchal Jazz são os segundos melhores festivais de jazz do país, a seguir ao de Guimarães (1).

Falar do historial do Angrajazz implica falar da formação musical e da Big Band formada...

Angrajazz: um acontecimento indispensável no calendário cultural da Região Autónoma dos Açores, mas também no calendário jazzístico nacional, com reconhecimento internacional

J.R.P. - Sem dúvida! De facto, o trabalho desenvolvido no campo da formação musical deu origem, em 2002, a uma Orquestra de Jazz (ou Big Band) constituída por jovens músicos residentes na ilha Terceira e dirigida pelos grandes músicos e professores Pedro Moreira e Claus Nymark. Esta orquestra ensaia todos os meses com os seus diretores e tem dado concertos regulares. Em 2018, apresentou, no Festival, o seu segundo CD intitulado "Angrajazz".

É com orgulho que começamos a ver alguns dos músicos da Orquestra a aparecerem em projetos de jazz autónomos, dos quais os mais visíveis são o "Wave Jazz Ensemble", que lançou, no ano passado, o seu primeiro CD, e os grupos de Sónia Pereira e de Sofia Dutra.

A Orquestra Angrajazz é efetivamente um projeto de que muito nos orgulhamos, correspondendo, na prática, a um dos nossos grandes objetivos atrás referidos.

Na realidade, a Associação Cultural Angrajazz entende que não basta organizar concertos, se não se lançarem sementes mais fortes, não só para aumentar o gosto pelo jazz, mas também, e principalmente, para se criar uma atividade local deste importantíssimo género musical. Continuaremos fortemente empenhados neste trabalho.

A comunicação social falou do risco em que está a edição do próximo ano, devido ao atraso na aprovação das candidaturas aos apoios da Região. Como comenta esta situação, caso não tenha sido, entretanto, ultrapassada?
J.R. P. - Cremos que esta situação está em vias de ser resolvida. No próximo ano faremos seguramente a 25.ª edição do Angrajazz. Outra coisa não podia acontecer! | ***JPO***

(1) - O Guimarães Jazz, edição 2023, ocorre de 9 a 18 de novembro

de um Contrato Coletivo de Trabalho para os/as educadores/as das IPSS associados/as do SPRA".

SPRA participa no **Plenário de Sindicatos da CGTP-IN**. "É preciso uma política alternativa, que distribua a riqueza de forma justa, que respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, que defenda e invista nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado, cumprindo a Constituição da República Portuguesa", destaca a resolução aprovada pelo plenário nacional, realizado em Lisboa.

Dia 12 – A FENPROF participa em duas iniciativas muito importantes para o combate à precariedade laboral na Investigação e no Ensino Superior, a primeira no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), para discutir a proposta do governo para o programa "FCT Tenure", e a segunda na Assembleia da República, numa audição parlamentar sobre precariedade no Ensino Superior e na Investigação.

Dia 13 – A proposta de RGAPA (Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos) não respeita o modelo de Educação Inclusiva, impedindo, na maioria dos casos que já estarão diagnosticados, a constituição de turmas com número reduzido de alunos. Em causa, está a exigência, na proposta de RGAPA, de as turmas terem alunos com medidas adicionais – logo mais restritivas –, quando, no DLR 5/2023/A, que aprovou o modelo de Educação Inclusiva, a redução da turma é possível no caso de integrar alunos com medidas seletivas. A proposta de RGAPA também não considera a possibilidade de redução do grupo de crianças na Educação Pré-Escolar, o que o SPRA contesta.

Nesta data, o SPRA envia um ofício à tutela, expondo esta incoerência. Note-se que o RGAPA é aprovado por portaria, pelo que deverá respeitar os diplomas hierarquicamente superiores, como é o caso do DLR da Educação Inclusiva.

Dia 26 – O Presidente da República devolve o chamado "acelerador" ou "aspirador" (dependendo da perspetiva de quem o vê) ao ministro da Educação de modo a que o processo relativo à contagem do tempo de serviço volte à mesa das negociações e se garanta um processo ajustado e faseado de recuperação que trate os professores com equidade. Uma oportunidade para se criarem condições para que as escolas voltem a ter um clima de estabilidade. O Secretário Geral da FENPROF faz uma declaração sobre este veto que vem, afinal, reconhecer a justeza das reivindicações dos professores e educadores. | *Recolha realizada por JPO/FV*

Festival Internacional dos Açores com programação em todas as ilhas

O Festival Internacional dos Açores (FIA), que prossegue até 16 de setembro, apresenta uma programação destinada a "unir todas as ilhas" do arquipélago, levando a cultura a "comunidades esquecidas culturalmente".

"Nós vamos às nove ilhas. Logisticamente é um projeto muito difícil, mas tentamos levar a cabo esta ambição. Também por ser a 18.ª edição. Podemos dizer que nos estamos a emancipar", afirmou, em declarações à agência Lusa, o diretor artístico do festival, Tiago Nunes. O evento deste ano, iniciado em 31 de agosto, conta com espetáculos de Pavel Gomziakov, Andrei Korobeinikov, Tatiana Samouil, Gustaaf van Manen, António Capelo, Artur Pizarro, Adriano Jordão, André Gago, Júlio Resende, António Vitorino de Almeida, Maria João e Herman José.

Com sessões em todas as ilhas açorianas, pela primeira vez, o diretor do FIA realça a importância de levar concertos a "comunidades tão esquecidas culturalmente" e "sem programação cultural regular", dando como exemplos as atuações de Titus Isfan, nas Flores (08 de setembro) e no Corvo (03 de setembro) ou de António Victorino de Almeida, em São Jorge (16 de setembro).

Diáspora atlântica

"O tema deste ano é a diáspora atlântica. Estamos a falar de toda a comunidade açoriana que está espalhada por todo o mundo e que é diversa e plural. Pretendemos unir povos e ir ao reencontro de todo o público e de todo o arquipélago que tem estado esquecido", assinalou.

Tiago Nunes promete que a edição deste ano do FIA vai ser "completamente diferente", uma vez que o festival, que esteve sempre ligado à música clássica, vai passar a ser uma "mostra de artes".

"Achamos que esta tinha de ser uma edição completamente diferente. O festival sempre teve um ADN de musica clássica, mas, pela primeira vez, não vai ser só um festival de música clássica: vamos também até às artes cénicas, à musica brasileira, ao jazz e à literatura", destacou.

Estão agendadas mais de 40 atividades. O FIA inclui 'workshops' e espetáculos com a comunidade, como é o caso da atuação de António Capelo, em parceria com grupos de teatro locais, músicos amadores e artesãos locais.

O festival integra o concerto "Da clave de sol à clave de lol", para celebrar os 50 anos de carreira de Herman José e assinalar os 150 anos do nascimento do compositor Sergei Rachmaninoff.

"A nossa primeira preocupação é apresentar uma programação completamente diversificada para chegarmos a vários públicos diferentes", concluiu.

O FIA foi criado em 1984, pelo então diretor regional de Cultura, Jorge Forjaz, e pelo músico Adriano Jordão, tendo sido suspenso em 2002 e retomado em 2021, pela associação CulturXis, lembra a peça da Lusa.

Todos os pormenores em:
https://festivalinternacionalacores.com/

Exposição

"O Labirinto da Angústia"

A exposição de pintura "O Labirinto da Angústia", de Luís Geraldes, pode ser visitada no **Museu de Angra do Heroísmo (MAH)/sala do Capítulo, até 24 de setembro**. O visitante pode apreciar 16 obras de Luís Geraldes (1957), centradas num período crucial da sua carreira artística, durante o qual enfrentou corajosamente as duras realidades da experiência humana. Através das suas cativantes e evocativas pinturas, o autor convida-nos a navegar no labirinto da angústia inerente à nossa existência, desafiando-nos a enfrentar as nossas próprias sombras e a refletir sobre a problemática universal da subconsciência humana, como destaca a nota de apresentação do MAH.

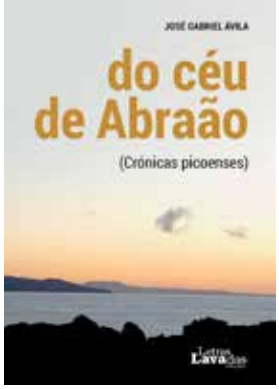
Exposição

Rogério Silva: do Amor da Pátria à Memória"

"Nascido na Horta, Ilha do Faial, em 1929, foi em Angra do Heroísmo que Rogério Silva se fez artista plástico e se tornou num dos seus mais importantes intérpretes do século XX", lê-se na página do Museu da Horta, que acrescenta: "Mais tarde, revelaria a sua forte influência do Cubismo, onde predominam as linhas paralelas e retas, mas também uma aproximação ao Surrealismo, depois de uma estada de quase vinte anos na Nova Inglaterra, nos Estados Unidos". Esta exposição está patente ao público na **Casa Manuel de Arriaga, na cidade da Horta, até 22 de outubro**.

Literatura

Livro de José Gabriel Ávila lançado no Pico



Foi lançado recentemente o livro "Do céu de Abraão" (editora Letras Lavadas), da autoria do jornalista açoriano José Gabriel Ávila. "O livro que se apresenta constitui um repositório de memórias dos poucos anos vividos na minha ilha - o Pico - cujo imaginário me acompanha, desde que aos 11 anos deixei o torrão natal para iniciar os meus estudos no Seminário Menor de Ponta Delgada", referiu o autor. A sessão de lançamento da obra ocorreu em julho passado, no Museu do Pico. A apresentação coube ao Diretor da casa, Manuel F. Costa. José Gabriel Ávila trabalhou e colaborou em vários órgãos de comunicação.

Exposição

"Errantes, 2023"

Até 3 de novembro, pode ser visitada, no Centro Cultural de Santo António (Rua do Quarteiro n.º 17, Ponta Delgada), a exposição "Errantes, 2023", do artista **Mário Roberto**. O certame já esteve no Centro de Cultura de Ponta Delgada (julho/agosto) e no Centro Cultural Fenais da Luz (agosto/setembro). Trata-se de uma instalação de vídeo e fotografia que, segundo o autor, aborda "o tema da progressiva gentrificação de um território, aliada ao fenómeno da crescente escassez de casas de arrendamento permanente, impeditivo da fixação de morada".

Mário Roberto

Audiovisual

Pico: 16 candidaturas no concurso que apoia rodagem de curta-metragem

Um total de 16 ideias apresentaram-se a um concurso que visa apoiar a produção audiovisual nos Açores, com um prémio monetário de 10 mil euros, para a rodagem de uma curta-metragem de ficção no Pico.

A associação *MiratecArts*, que tem sede na ilha do Pico, lidera um concurso de apoio à produção audiovisual nos Açores, o prémio 'Curta Pico', cujas candidaturas decorreram em junho.

Terry Costa, diretor artístico da MiratecArts, sublinha, na mesma nota, que "as ideias não vieram só dos colaboradores açorianos, mas também houve propostas da Madeira, do continente e ainda do estrangeiro".

Na primeira fase, as propostas foram avaliadas por um júri de três pessoas, pertencentes a cada um dos municípios da ilha do Pico.

Numa segunda fase, as propostas finalistas terão até 10 semanas para completarem o processo, que incluirá a pré-produção do projeto, com a nomeação dos elementos da equipa de produção, orçamento projetado e guião.

Os projetos finalistas serão avaliados por um júri de profissionais do setor e apenas uma proposta será escolhida como vencedora.

O anúncio da curta-metragem de ficção vencedora será apresentado na décima edição do Montanha Pico Festival, que decorrerá a partir de **11 de dezembro, até janeiro de 2024**, ano em que a obra será produzida e finalizada.

Terry Costa destaca, ainda, que a iniciativa "incentiva à produção audiovisual nos Açores" e "é conseguida em parceria com as três câmaras municipais da ilha", os municípios das Lajes do Pico, da Madalena e de São Roque do Pico. | *Açoriano Oriental, Lusa, 12/07/2023*

Escola Pública
A Luta Continua!

Faltam professores.
É urgente valorizar a profissão.

setembro

dia 1
Conferência de Imprensa sobre abertura do ano letivo
Situação dos professores e Condições de trabalho

dia 6
Encontro Nacional de Quadros Sindicais

dia 11
Dia Nacional de **colocação de faixas e pendões** *

dia 12
Reinício da **Greve ao Sobretrabalho**, às **Horas Extraordinárias** e à **CNLE** *

dia 30
5.ª Corrida Nacional dos Professores e da Educação – **correr e marchar pela Profissão**

Até ao final de setembro
Aprovação em todas as escolas de moções sobre a situação profissional dos docentes. Auscultação sobre o prosseguimento da luta.

Primeira semana de **outubro**

dia 4
Plenário Nacional de Docentes junto à Assembleia da República *

dia 5
Conferência Internacional – Dia Mundial do Professor (on-line) *

dia 6
Greve Nacional dos Professores e Educadores *

Até ao final de outubro
Continuação da realização de reuniões em todas as escolas e agrupamentos

Início de novembro
Grande manifestação nacional de protesto coincidindo com a discussão do Orçamento da Educação *

25 de ABRIL 50 anos 1974 2024

Escola Pública: Conquista de Abril!

SINDICALIZA-TE

FENPROF NORTE SPRC SPGL SPZS SPM SPRA SPE

* Ação realizada em convergência com 8 organizações sindicais

sprc13714.23